

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Decreto do Presidente da República n.º 52/2001

de 6 de Outubro

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea b), da Constituição, o seguinte:

É ratificado o Acordo entre a República Portuguesa e a República da Hungria sobre Readmissão de Pessoas em Situação Irregular, assinado em Lisboa em 28 de Janeiro de 2000, aprovado, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 62/2001, em 7 de Junho de 2001.

Assinado em 20 de Setembro de 2001.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 25 de Setembro de 2001.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Resolução da Assembleia da República n.º 62/2001

Aprova, para ratificação, o Acordo entre a República Portuguesa e a República da Hungria sobre Readmissão de Pessoas em Situação Irregular, assinado em Lisboa em 28 de Janeiro de 2000.

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea i) do artigo 161.º e no n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar, para ratificação, o Acordo entre a República Portuguesa e a República da Hungria sobre Readmissão de Pessoas em Situação Irregular, assinado em Lisboa em 28 de Janeiro de 2000.

Aprovada em 7 de Junho de 2001.

O Presidente da Assembleia da República, *António de Almeida Santos*.

ACORDO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A REPÚBLICA DA HUNGRIA SOBRE READMISSÃO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO IRREGULAR.

A República Portuguesa e a República da Hungria, adiante designadas como Partes Contratantes:

Desejosas de desenvolver a cooperação entre as Partes Contratantes, visando garantir uma boa aplicação das disposições sobre circulação de pessoas nos limites do respeito pelos direitos e garantias assegurados pela legislação nacional e o direito internacional em vigor;

Movidas pelo desejo de facilitar, no espírito da cooperação internacional, a readmissão das pessoas em situação irregular;

Guiadas pelo espírito da reciprocidade;

acordam no seguinte:

CAPÍTULO I

Readmissão de nacionais das Partes Contratantes

Artigo 1.º

1 — Cada uma das Partes Contratantes readmitirá no seu território, a pedido da outra Parte Contratante, e sem mais formalidades do que as previstas no presente Acordo, qualquer pessoa que não satisfaça ou tenha deixado de satisfazer os requisitos de entrada ou de permanência vigentes no território da Parte Contratante requerente, sempre que se prove ou se presuma existirem fortes indícios de possuir a nacionalidade da Parte Contratante requerida.

2 — A Parte Contratante requerente readmitirá nas mesmas condições a referida pessoa se, mediante comprovação posterior, se demonstrar que não era cidadão nacional da Parte Contratante requerida no momento de saída do território da Parte Contratante requerente.

Artigo 2.º

1 — A nacionalidade da pessoa objecto de um pedido de readmissão considerar-se-á provada, para efeitos do presente Acordo, pela exibição dos seguintes documentos, desde que válidos:

a) Tratando-se de nacionais húngaros:

Bilhete de identidade nacional;
Bilhete de identidade nacional provisório;
Passaporte;
Certificado de cidadania nacional emitido dentro do prazo de um ano;

b) Tratando-se de nacionais portugueses:

Bilhete de identidade de cidadão nacional;
Passaporte para cidadão português ou outro documento de viagem com fotografia substituto do passaporte;
Certificado do registo de nacionalidade.

2 — No caso de a Parte Contratante requerente não poder provar com suficiente credibilidade a nacionalidade da pessoa ou no caso de não existirem fortes indícios que permitam presumi-la, poderá apresentar um pedido à representação diplomática ou consular da outra Parte Contratante, por forma que esta esclareça se a pessoa referida possui a nacionalidade da Parte Contratante requerida.

Neste caso, a resposta da autoridade consular da Parte Contratante requerida é decisiva e deve ser dada no prazo máximo de quatro dias a contar da data de apresentação do pedido.

CAPÍTULO II

Readmissão de nacionais de países terceiros

Artigo 3.º

1 — Cada uma das Partes Contratantes readmite no seu território a pedido da outra Parte Contratante, e

sem mais formalidades do que as previstas no presente Acordo, os nacionais de países terceiros ou apátridas (de agora em diante designados «nacionais de países terceiros») que tenham entrado ou permanecido no seu território, desde que não preencham as condições de entrada ou de permanência aplicáveis no território da Parte Contratante requerente.

2 — Cada uma das Partes Contratantes readmite no seu território, a pedido da outra Parte Contratante, sem mais formalidades do que as previstas no presente Acordo, o nacional de país terceiro que não preencha as condições de entrada ou de permanência aplicáveis no território da Parte Contratante requerente, desde que disponha de um visto, de uma autorização de residência ou de um passaporte de cidadão estrangeiro válidos emitidos pela Parte Contratante requerida.

3 — A definição de autorização de residência não abrange as autorizações de residência temporária ou o visto de trânsito, emitidos no âmbito da análise pela Agência de Registração para Estrangeiros de um pedido de asilo ou de um pedido de título de residência.

Artigo 4.º

Não existe obrigação de readmitir:

- a) Nacionais de países terceiros que tenham uma fronteira comum com o território da Parte Contratante requerente;
- b) Nacionais de países terceiros aos quais, após a sua partida do território da Parte Contratante requerida e a sua entrada no território da Parte Contratante requerente, tenha sido concedido por esta um visto, uma autorização de residência ou que tenham sido autorizados a permanecer no seu território;
- c) Nacionais de países terceiros que tenham permanecido irregularmente mais de seis meses no território da Parte Contratante requerente;
- d) Nacionais de países terceiros aos quais a Parte Contratante requerente tiver reconhecido a qualidade de refugiado nos termos da Convenção de Genebra de 8 de Julho de 1951 Relativa ao Estatuto de Refugiados, tal como alterada pelo Protocolo de Nova Iorque de 31 de Janeiro de 1967;
- e) Pessoas que são consideradas apátridas nos termos da Convenção de Nova Iorque de 28 de Setembro de 1954 Relativa ao Estatuto dos Apátridas;
- f) Nacionais de países terceiros que tenham sido efectivamente afastados da Parte Contratante requerida para o seu país de origem ou qualquer país terceiro;
- g) Nacionais de países terceiros que não se tenham deslocado directamente do território da Parte Contratante requerida para o território da Parte Contratante requerente, nos casos em que a Parte Contratante requerente possa, com base na existência de um acordo, solicitar a readmissão ao Estado através do qual se efectuou a entrada no seu território.

Artigo 5.º

A Parte Contratante requerente readmite no seu território, sem demora, as pessoas que, após verificação dentro de 30 dias posteriores à readmissão, revelarem

não preencher as condições das obrigações de readmissão previstas no artigo 3.º do presente Acordo no momento da sua saída do território da Parte Contratante requerente.

CAPÍTULO III

Trânsito de nacionais de países terceiros

Artigo 6.º

1 — Cada uma das Partes Contratantes, a pedido da outra, autorizará o trânsito por via aérea dos nacionais de países terceiros que sejam objecto de uma medida de afastamento adoptada pela Parte Contratante requerente com o objectivo de serem admitidos por um país terceiro e cuja admissão no Estado de destino e o trânsito por quaisquer outros Estados de trânsito estejam garantidos.

2 — A Parte Contratante requerente assumirá a inteira responsabilidade da continuação da viagem do nacional de país terceiro até ao país de destino e retorná-lo-á a cargo se, por qualquer motivo, não for possível executar-se a medida de afastamento.

3 — A Parte Contratante requerente garantirá toda a documentação válida necessária para o trânsito, nomeadamente documento de viagem válido, autorizações necessárias, títulos de transporte válidos, precisos para a viagem para o Estado de destino e para o trânsito nos Estados de trânsito.

4 — A Parte Contratante que tiver tomado a medida de afastamento informará a Parte Contratante requerida sobre a necessidade de escoltar a pessoa afastada. Em casos fundamentados, a Parte Contratante requerida pode solicitar à Parte requerente que o trânsito seja feito com escolta.

A escolta será assegurada pela Parte Contratante requerente.

5 — Em caso de trânsito por via aérea, a Parte Contratante requerente é isentada da aquisição de visto de trânsito.

Apesar da permissão dada, as pessoas admitidas para trânsito serão entregues à outra Parte Contratante caso os dados definidos no artigo 7.º, que impedem o trânsito, acontecerem ou revelarem-se posteriormente ou caso a viagem posterior ou a admissão pelo Estado do destino não serem assegurados.

Artigo 7.º

O trânsito para efeitos de afastamento poderá ser recusado:

- a) Sempre que o trânsito da pessoa referida represente uma ameaça para a ordem pública, a segurança nacional ou as relações internacionais da Parte Contratante requerida;
- b) Sempre que a pessoa referida corra perigo de ser objecto de tortura, tratamento inumano ou humilhante, condenada à morte ou perseguida em virtude da sua raça, religião, etnia ou convicções políticas, no país de destino ou nos eventuais países de trânsito;
- c) Sempre que a pessoa referida seja sujeita a processo penal no Estado da Parte Contratante ou no país de destino, ou em qualquer dos eventuais países de trânsito corra perigo de ser sujeita a processo penal ou a cumprir sentença penal, com a excepção do caso de passagem de fronteira ilegal.

CAPÍTULO IV

Prazos

Artigo 8.º

1 — A Parte Contratante deve responder aos pedidos de readmissão, o mais brevemente possível ou, em todo o caso, até oito dias após a apresentação do pedido. O pedido de readmissão pode ser feito por correio, através da apresentação do pedido directamente à autoridade competente da outra Parte Contratante ou através de outros meios de comunicação.

2 — O prazo mencionado no n.º 1 deste artigo aplica-se à troca de informação complementar.

3 — A Parte Contratante requerida deve tomar a seu cargo as pessoas definidas no artigo 1.º do presente Acordo imediatamente e as pessoas definidas nos artigos 3.º e 5.º até 30 dias, em todo o caso, o mais tardar até três meses após a aprovação do pedido. Por notificação da Parte Contratante requerente, este prazo poderá ser prorrogado pelo tempo necessário para a resolução de questões legais ou práticas.

4 — Tratando-se de pedidos de trânsito, aplica-se o prazo de quarenta e oito horas a contar da data da apresentação do pedido.

CAPÍTULO V

Cobertura das despesas

Artigo 9.º

1 — Em caso de readmissão, a Parte Contratante requerente suportará todas as despesas de transporte da pessoa requerida, bem como os custos de um eventual regresso.

2 — Em caso de trânsito para efeitos de afastamento, a Parte Contratante requerente suportará as despesas relativas à viagem e quaisquer outras despesas relativas à pessoa cujo trânsito foi autorizado, incluindo as despesas de escolta até à saída do território da Parte Contratante requerida para efeitos de trânsito, bem como os custos de um eventual regresso.

CAPÍTULO VI

Protecção dos dados pessoais

Artigo 10.º

Deverão ser observadas as disposições legais vigentes em cada Parte Contratante relativamente à protecção de dados pessoais e em termos delas se cumprirá o seguinte:

- a) As Partes Contratantes, a pedido por escrito, visando o cumprimento do presente Acordo, podem entregar e receber dados pessoais. No pedido serão indicados os dados solicitados, o objectivo e a base jurídica do seu uso;
- b) A pedido da Parte Contratante que entrega os dados, a Parte Contratante que os receber dará informação sobre o seu uso;
- c) Os dados pessoais serão entregues exclusivamente às autoridades responsáveis pelo cumprimento do presente Acordo. A entrega dos dados para outras autoridades só pode ser efectuada com base em prévia autorização escrita da Parte Contratante que os forneceu;

- d) A Parte Contratante que fornece os dados é responsável pela sua exactidão e veracidade. Se for provado que os dados fornecidos são errados ou foram entregues dados não entregáveis, a Parte Contratante que os recebeu será avisada imediatamente; esta Parte Contratante toma medidas imediatas para corrigir os dados errados e ou para destruir os dados não entregáveis;
- e) A pedido da pessoa afectada pelos dados entregues, esta pessoa será informada sobre os dados disponíveis sobre a sua pessoa e sobre o objectivo da sua utilização prevista e também sobre a quem e com que objectivo foram transmitidos. A informação só poderá ser recusada se a legislação do país que entregou os dados possibilitar a recusa;
- f) As Partes Contratantes garantem para as pessoas afectadas, no caso de os seus direitos à protecção de dados pessoais serem prejudicados, a possibilidade de levar o assunto a tribunal independente e de apresentarem o seu pedido de indemnização;
- g) A Parte que entrega os dados informará sobre os prazos de cancelamento em termos de legislação vigente no seu próprio país. Os dados entregues serão cancelados quando for cumprido o objectivo para o qual os dados foram utilizados, ou ao fim do prazo dentro do qual eles puderam ser utilizados em termos da legislação vigente da Parte Contratante que entrega os dados, ou no caso de esta Parte solicitar o cancelamento;
- h) As Partes Contratantes registarão a entrega, o recebimento e o cancelamento dos dados; este registo também incluirá o nome da autoridade e da pessoa que os entregou, a data da entrega (recebimento), o cancelamento e a data do cancelamento;
- i) As Partes Contratantes tomarão as correspondentes medidas técnicas e de organização para garantir uma eficaz protecção de dados pessoais e impedir o seu acesso para entes não competentes, a sua alteração, cancelamento e publicação.

CAPÍTULO VII

Disposições processuais

Artigo 11.º

O cumprimento do presente Acordo será regulado num protocolo pelo Ministro do Interior da República da Hungria e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa. Este protocolo definirá especialmente o seguinte:

- a) As autoridades competentes para o tratamento dos pedidos de readmissão e a troca mútua de informações;
- b) Descrição da documentação que prove ou apresente fortes indícios de prova da nacionalidade da pessoa a readmitir e indicação dos factos que constituem violação de requisitos de entrada ou de permanência no território do Estado da Parte Contratante;
- c) O processo a seguir durante a execução e os formulários utilizados para registar os dados necessários para a readmissão e o trânsito;

- d) A lista dos postos de fronteira através dos quais a readmissão e o trânsito das pessoas se podem realizar;
- e) A maneira de provar o cruzamento ilegal da fronteira;
- f) A maneira e a ordem do pagamento das despesas.

Artigo 12.º

1 — Do pedido de readmissão, acompanhado de documentação comprovativa, a ser apresentado às autoridades competentes designadas pelas Partes Contratantes, deverá constar o seguinte:

- a) Dados sobre a pessoa a readmitir e sobre os familiares menores que o acompanham (nome, filiação, data de nascimento, última profissão, última morada no território das Partes Contratantes e outras informações que possam contribuir para a sua identificação) e a língua que a pessoa usa;
- b) Descrição da documentação que prove ou apresente fortes indícios de prova da nacionalidade da pessoa a readmitir e indicação dos factos que constituem violação de requisitos de entrada ou de permanência no território da Parte Contratante.

2 — O pedido de trânsito para efeitos de afastamento será comunicado às autoridades competentes designadas pelas Partes Contratantes. Deverá conter indicações relativas à identificação e nacionalidade do estrangeiro, data de viagem, hora e lugar de chegada ao país de trânsito e a hora e lugar de partida deste, para o país de destino, aos documentos de viagem, à natureza da medida de afastamento, assim como, caso necessário, os elementos úteis sobre os funcionários que escoltem o estrangeiro.

CAPÍTULO VIII

Disposições gerais

Artigo 13.º

1 — As disposições do presente Acordo — excepto o n.º 1 do artigo 14.º — não prejudicam as obrigações de readmissão ou de trânsito de estrangeiros impostas às Partes Contratantes por acordos internacionais.

2 — As disposições do presente Acordo não prejudicam a aplicação do disposto na Convenção de Genebra de 28 de Julho de 1951 Relativa ao Estatuto dos Refugiados, no texto modificado pelo Protocolo de Nova Iorque de 31 de Julho de 1967.

3 — As disposições do presente Acordo não prejudicam a aplicação das disposições dos acordos celebrados pelas Partes Contratantes no âmbito da protecção dos direitos humanos.

CAPÍTULO IX

Disposições finais

Artigo 14.º

1 — Paralelamente à entrada em vigor do presente Acordo, fica derogado o ponto 6 do Acordo de Supres-

são de Vistos entre a República da Hungria e a República Portuguesa sobre o Cancelamento Mútuo de Obrigação de Visto, assinado em 2 de Setembro de 1992 em Budapeste.

2 — O presente Acordo entra em vigor no dia 30 a contar desde o dia em que as Partes Contratantes notificam por escrito por via diplomática da perfeição das formalidades exigidas pela ordem jurídico-constitucional interna.

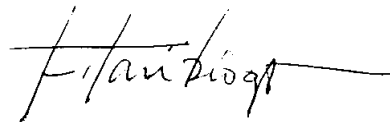
3 — Quaisquer alterações ao presente Acordo deverão ser introduzidas por mútuo consentimento entre as Partes Contratantes.

4 — A aplicação do presente Acordo poderá ser suspensa temporariamente — com a excepção do conteúdo do artigo 1.º —, no todo ou em parte, por cada uma das Partes Contratantes, por razões de segurança nacional, ordem e saúde públicas ou relações internacionais, devendo tal suspensão ser comunicada de imediato à outra Parte Contratante, por via diplomática. A suspensão começa e acaba no dia a seguir ao recebimento da notificação por via diplomática.

5 — O presente Acordo é concluído por tempo indeterminado, permanecendo em vigor até 90 dias após a data na qual uma das Partes Contratantes tenha notificado a outra, por escrito e por via diplomática, da sua intenção de proceder à denúncia do presente Acordo.

Feito em Lisboa, aos 27 de Janeiro de 2000, em dois exemplares, em português e húngaro, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pela República Portuguesa:



Pela República da Hungria:



EGYEZMÉNY A PORTUGÁL KÖZTÁRSASÁG A MAGYAR RÖZTÁRSASÁG KÖZÖTT, A JOGELLENESÉN TARTÓZKODÓ SZEMÉL YERNER AZ ÁLLAMHATÁRON TÖRTÉNO VISSZAFOGADÁSÁRÓL.

A Portugál Köztársaság és a Magyar Köztársaság Köszött (a továbbiakban: Szerződő Felek):

kifejezve azon Kívánságukat, hogy fejlesszék a Szerződő Felek Közötti együttműködést és biztosítsák a hatályos jogszabályaik, valamint a nemzetközi jogok és garanciák figyelembevételével történő személyforgalommal kapcsolatos rendelkezések betartását;

attól a szándéktól vezérelve, hogy a nemzetközi együttműködés szellemében megkönnyítsék a jogellenesen tartózkodó személyek visszafogadását;

a kölcsönösség figyelembevételével;

az alábbiakban állapodtak meg:

I. Fejezet

A Szerződő Felek állampolgárainak visszafogadása

1. Cikk

(1) A Szerződő Felek kötelezettséget vállalnak arra, hogy azokat a személyeket, akik a megkereső Szerződő Fél államának területén tartózkodnak és a beutazásra, illetve a tartózkodásra vonatkozó belső jogi feltételeknek nem vagy már nem felelnek meg, a másik Szerződő Fél megkeresésére a jelen Egyezményben foglalt formások teljesítésével visszafogadják, amennyiben bizonyítható vagy megalapozottan vélelmezhető, hogy ezen személyek a megkeresett Szerződő Fél állampolgárai.

2. Cikk

(1) A visszafogadásra jelölt személy állampolgársága a jelen Egyezmény szerint bizonyítottnak tekinthető, ha rendelkezik az alábbi, érvényes okmányok valamelyikével:

a) Portugál állampolgárok esetében:

személyazonossági igazolvány;
útlevel vagy egyéb, útlevelet helyettesítő fényképes úti okmány;
anyakönyvi kivonat;

b) magyar állampolgárok esetében:

személyazonosító igazolvány;
ideiglenes személyazonosító igazolvány;
útlevel;
egy évnél nem régebben kiállított, az állampolgárságot igazoló bizonyítvány.

(2) Ha az állampolgárság a megkereső Szerződő Fél részéről hitelt érdemlően nem bizonyítható vagy megalapozottan nem vélelmezhető, úgy megkeresésre a másik Szerződő Fél diplomáciai vagy konzuli képviselote haladéktalanul, de legkésőbb 4 munkanapon belül tisztázza, hogy az érintett személy rendelkezik-e a megkeresett Szerződő Fél állampolgárságával. Ebben az esetben a megkeresett Szerződő Fél válasza a mérvadó.

II. Fejezet

Harmadik ország állampolgárainak visszafogadása

3. Cikk

(1) A Szerződő Felek, visszafogadási kérelem alapján, a jelen Egyezményben foglalt formások teljesítésével visszafogadják a harmadik ország állampolgárát vagy a hontalan személyt (továbbiakban: harmadik ország állampolgára), amennyiben bizonyítható, hogy ezen személy a megkeresett Szerződő Fél államának területéről, jogellenesen lépett be a megkereső Szerződő Fél államának területére és a megkereső Szerződő Fél hatóságától a belépést követően sem kapott tartózkodási engedélyt.

(2) A Szerződő Felek, visszafogadási kérelem alapján, a jelen Egyezményben foglalt formások teljesítésével visszafogadják a harmadik ország olyan állampolgárát, aki a belépésre és tartózkodásra vonatkozó feltételeknek

nem felel meg, kivéve, ha az illető rendelkezik a megkereső állam vízumával, lakhatási vagy tartózkodási engedélyével.

(3) A lakhatási engedély fogalmába nem értendő bele a menedékkügyi és lakhatási kérelmek elbírálásának idejére kiadott ideiglenes tartózkodási engedély, illetve ha tranzitvízum.

4. Cikk

(1) A visszafogadási kötelezettség nem áll fenn:

- a) olyan harmadik ország állampolgárai esetében, mely országnak közös határa van a megkereső Szerződő Féllel;
- b) harmadik ország olyan állampolgárai esetében, akik a megkeresett Szerződő Fél államának területét elhagyva és a megkereső Szerződő Fél államának területére belépve az utóbbi Szerződő Félről vízumot vagy tartózkodási engedélyt kaptak, illetve ha a megkereső Szerződő Fél államának területén való tartózkodásuk engedélyezett;
- c) harmadik ország olyan állampolgárai esetében, akiknek visszafogadását a megkereső Szerződő Fél illetékes hatóságai a belépést követő 6 hónapon belül nem kérték;
- d) harmadik ország azon állampolgárai esetében, akiknek a menekült státuszát a megkereső Szerződő Fél a menekültek helyzetéről szóló, 1951. július hó 28-i Genfi Konvenció, valamint az azt módosító, 1967. január hó 31-i New York-i Jegyzőkönyv alapján elismerte;
- e) azon személyek esetében, akik a hontalanok jogállásáról szóló, New York-ban, 1954. szeptember 28-án elfogadott Egyezmény alapján hontalannak minősülnek;
- f) harmadik ország olyan állampolgárai esetében, akiket a megkeresett Szerződő Fél származási országukba vagy bármely harmadik országba kiutasított;
- g) harmadik ország olyan állampolgárai esetében, akik elhagyták a megkeresett Szerződő Fél államának területét és a megkereső Szerződő Fél államának területére egy olyan másik állam területéről léptek be, amely államtól ezen harmadik ország állampolgárának visszafogadását a megkereső Szerződő Fél nemzetközi szerződés alapján kérheti.

5. Cikk

A megkereső Szerződő Fél haladéktalanul visszafogadja államának területére azt a személyt, akiről a visszafogadástól számított 30 napon belül, az ellőrészek során bizonyítást nyer, hogy a megkereső Szerződő Fél államának elhagyása pillanatában nem felelt meg a jelen Egyezmény 3. Cikkében meghatározott visszafogadási kötelezettség feltételeinek.

III. Fejezet

Harmadik ország állampolgárainak átszállítása

6. Cikk

(1) A Szerződő Felek, megkeresés alapján, engedélyezik harmadik ország azon állampolgárainak légi úton

történő átszállítását és átutazását, akiket a megkereső Szerződő Fél azzal a céllal vont kiutasítási intézkedés alá, hogy azokat harmadik ország átvegye és akiknek az átvétele a célállamba, illetve átszállítása a további tranzitállamokon keresztül biztosított.

(2) A megkereső Szerződő Fél teljes felelősséget vállal a kiutasított személy továbbutazásáért a célállamba és visszaveszi ezen kiutasítottat, amennyiben bármilyen okból a kiutasítási intézkedést nem lehet végrehajtani.

(3) A megkereső Szerződő Fél biztosítja az átszállításhoz szükséges valamennyi érvényes dokumentumot, az érvényes úti okmányt, egyéb szükséges engedélyeket, valamint az érvényes menetjegyeket, amelyek a célállamba, illetve a tranzitállamok területén történő áthaladáshoz szükségesek.

(4) A megkereső Szerződő Fél, aki a kiutasítási intézkedést tette, tájékoztatja a megkeresett Szerződő Felet, ha a kiutasított személy átszállításához hatósági kíséret szükséges. A megkeresett Szerződő Fél kérheti, hogy a kiutasított személyt kísérettel lássák el. A kíséretet a megkereső, kiutasítási intézkedést tevő Szerződő Fél biztosítja.

(5) A légi úton történő átszállítás esetén a megkereső Szerződő Fél mentesül a tranzitvízum beszerzése alól.

Az átszállításra átvett személyeket a megadott engedély ellenére vissza lehet adni a másik Szerződő Félnak akkor, ha a 7. Cikkben meghatározott tények, amelyek az átszállítást akadályozzák, utólag következnek be vagy válnak ismertté, illetve, ha a továbbutazás vagy a célállam által történő átvétel már nincs biztosítva.

7. Cikk

A kiutasítással kapcsolatos átszállítás elutasítható, ha várható, hogy:

- a) az érintett személy átszállítása veszélyezteti a megkeresett Szerződő Fél közrendjét, nemzetbiztonságát vagy nemzetközi kapcsolatait;
- b) az érintett személyt a célállamban vagy az esetleges tranzitállamokban kínzás, embertelen vagy megalázó bánásmód, halálos ítélet fenyegeti, illetve ha faji; vallási, nemzeti hovatartozása vagy politikai nézetei miatt üldöztetésnek lenne kitéve; továbbá;
- c) az érintett személy ellen a Szerződő Fél államban vagy a célállamban büntetőeljárást kellene indítani, illetve az esetleges tranzitállamok valamelyikében őt büntetőeljárás indítása vagy büntetés végrehajtása fenyegeti, kivéve a tiltott határátlépés esetét.

IV. Fejezet

Határidők

8. Cikk

(1) A megkeresett Szerződő Fél haladéktalanul, de legkésőbb a megkeresés kézhezvételétől számított 8 munkanapon belül válaszol a hozzá intézett visszafogadási illetve átszállítási megkeresésekre.

(2) A jelen Cikk (1) bekezdésében szereplő határidők érvényesek a kiegészítő információk cseréjére is.

(3) A jelen Egyezmény 1. Cikkében szereplő személyeket a megkeresett Szerződő Fél késedelem, nélkül,

a 3. és 5. Cikkben szereplő személyeket 30 napon belül, de a kérelem elfogadását követően legkésőbb 3 hónapon belül köteles átvenni. E határidők a megkereső Szerződő Fél kérésére az átvétellel kapcsolatos jogi és ténybeli akadályok esetén, kizárólag ezen akadályok megszűnéséig meghosszabbíthatók.

(4) Transitállási kérdésekben a fenti határidő 48 óra a kérelem benyújtásától számítva.

V. Fejezet

Költségviselés

9. Cikk

(1) Visszafogadás esetén a visszafogadott személy szállításával kapcsolatos minden költséget a megkereső Szerződő Fél viseli, beleértve az esetleges visszaszállítás költségeit is.

(2) Kiutasításból eredő átszállítás esetén a megkereső Szerződő Fél viseli a kiutasított személy utazásával kapcsolatos minden költséget, beleértve a megkeresett Szerződő Fél államhatáráig kísérettel történő szállítás, valamint az esetleges visszaszállítás költségeit is.

VI. FEJEZET

Személyes adatok védelme

10. CIKK

A személyes adatok védelmére mindkét Szerződő Fél hatályos belső jogszabályi előírásainak figyelembevételével a következő feltételeket kell betartani:

- a) a Szerződő Felek, írásbeli kérelemre, a jelen Egyezményben foglaltak teljesítése céljából személyes adatokat adhatnak át egymásnak. A kérelemben meg kell jelölni a kért adatok körét, felhasználásuk célját és jogalapját;
- b) az átadó Szerződő Fél kérésére az átvevő Szerződő Fél tájékoztatást nyújt az átadott személyes adatok felhasználásáról;
- c) a személyes adatok csak az Egyezmény végrehajtásában illetékes hatóságoknak adhatók át. Az adatok továbbadása más hatóságoknak csak ezen adatokat átadó Szerződő Fél előzetes írásbeli hozzájárulásával történhet;
- d) az átadott adatok helyességéért, és pontosságáért az átadó Szerződő Fél tartozik felelősséggel. Ha bebizonyosodik, hogy téves vagy át nem adható adatok is átadásra kerültek, akkor erről a tényről az átvevő Szerződő Felet haladéktalanul értesíteni kell, amely azonnal intézkedik a téves adatok helyesbítéséről, illetve az át nem adható adatok megsemmisítéséről;
- e) az átadásával érintett személy számára — kérésére — felvilágosítást kell adni a személyével kapcsolatban kezelt adatokról és a tervezett felhasználás céljáról, valamint arról, hogy adatait kinek és milyen célból továbbították. A tájékoztatási kötelezettség csak akkor tagadható meg, ha ezt az átadó ország joga lehetővé teszi;
- f) a Szerződő Felek biztosítják, hogy az érintettek, adatvédelemmel kapcsolatos jogaik megsértése

- esetén az adatkezeléssel érintett Szerződő Fél joga szerinti független bírósághoz fordulhassanak, valamint kártérítési igényrel élhessenek;
- g) az átadó Szerződő Fél az átadásakor közli a saját államának jogszabályaiban meghatározott, érvényes adattörlési határidőket. Az átvett adatokat törölni kell, ha az átvételkor megjelölt felhasználási cél megvalósult, az adatkezelést lehetővé tevő, az átadó Szerződő Fél joga szerinti határidő lejárt vagy az adattörlést az átadó Szerződő Fél kéri;
- h) a Szerződő Felek kötelesek a személyes adatok átadásáról, átvételéről és törléséről nyilvántartást vezetni, amely tartalmazza az átadó, illetőleg átvévő szerv és személy nevét, az átadás (átvétel) és az adattörlés tényét, idejét;
- i) a Szerződő Felek kötelesek megtenni a szükséges szervezési és technikai intézkedéseket a személyes adatok hatékony védelmének biztosítása, az illetéktelen hozzáférés, megváltoztatás, megsemmisítés és nyilvánosságra hozatal ellen.

VII. FEJEZET

Az Egyezmény végrehajtása

11. CIKK

A jelen Egyezmény végrehajtását a Portugál Köztársaság külügyminisztere és a Magyar Köztársaság belügyminisztere Jegyzőkönyvben szabályozza. Ebben különösen az alábbiakat határozzák meg:

- a) a visszafogadási ügyekben eljáró szerveket és a kölcsönös tájékoztatás módját;
- b) az állampolgárság vélelmezésére szolgáló okmányokat, iratokat, valamint azon tények felsorolását, amelyek sértik a megkereső Szerződő Fél államának területére történő belépés, illetve az ott tartózkodás feltételeit;
- c) a végrehajtás során követendő eljárást, valamint a visszafogadáshoz és az átszállításhoz szükséges adatok feltüntetésére szolgáló nyomtatványok mintáit;
- d) a személyek visszafogadására és átszállítására kijelölt határátkelőhelyeket;
- e) a jogellenes határátlépés bizonyításának módját;
- f) a költségtérítés módját, rendjét.

12. CIKK

(1) A Szerződő Felek által kijelölt illetékes hatóságoknak átadandó, igazoló dokumentumokkal ellátott visszafogadási kérelmeknek a következőket kell tartalmaznia:

- a) a visszafogadásra jelölt személy és a vele együtt utazó kiskorú családtagok adatai (név, születési hely és idő, legutolsó foglalkozás, legutolsó lakcím a Szerződő Felek területén és egyéb információ, ami az azonosítást elősegítheti) és az általa beszélt nyelv;
- b) a visszafogadásra kelölt személy állampolgárságát igazoló, illetve vélelmezésére szolgáló iratok leírása, valamint azon tények felsorolása, ame-

lyek sértik a megkereső Szerződő Fél államának területére történő belépés, illetve az ott tartózkodás feltételeit.

(2) A Szerződő Felek által kijelölt illetékes hatóságokat értesíteni kell a kiutasított személy harmadik országba történő átszállításának kérelméről. Ennek tartalmaznia kell a külföldi személy azonosítására és állampolgárságára vonatkozó adatokat, az utazás időpontját, a tranzitországra érkezés idejét és helyét, az onnan való továbbutazás idejét és helyét a célállamba, az úti okmányok adatait, valamint a kiutasítás jellemzőit, adott esetben a szükséges óvintézkedéseket a külföldi személyt kísérő tisztviselők számára.

VIII. FEJEZET

Érintetlenségi záradék

13. CIKK

(1) A jelen Egyezmény előírásai — a 14. Cikk (1) bekezdés kivételével — nem érintik a Szerződő Feleknek a személyeknek az államhatáron történő visszafogadásáról és átszállításáról szóló egyéb nemzetközi szerződésekben elfogadott kötelezettségeit.

(2) A jelen Egyezmény előírásai nem érintik a menekültek helyzetére vonatkozó, 1951. július 28-i Genfi Konvenció rendelkezéseit, valamint ezeknek az 1967. január 31-i New York-i Jegyzőkönyvben elfogadott módosításait.

(3) A jelen Egyezmény előírásai nem érintik a Szerződő Felek által megkötött egyéb, az emberi jogok védelméről szóló egyezmények rendelkezéseit.

IX. FEJEZET

Záró rendelkezések

14. CIKK

(1) A jelen Egyezmény hatályba lépésével egyidejűleg a Portugál Köztársaság Kormánya és a Magyar Köztársaság Kormánya között a vízumkötelezettség kölcsönös megszüntetéséről szóló, Budapesten, 1992. szeptember 2. napján létrejött Megállapodás 6. pontja hatályát veszti.

(2) A jelen Egyezmény az azt követő 30. napon lép hatályba, amikor a Szerződő Felek diplomáciai úton, jegyzékváltással kölcsönösen tájékoztatják egymást arról, hogy eleget tettek a hatálybalépéshez szükséges belső jogi előírásoknak.

(3) A jelen Egyezmény a Szerződő Felek kölcsönös egyetértésével módosítható.

(4) A jelen Egyezmény alkalmazását — az 1. Cikkben foglaltak kivételével — bármelyik Szerződő Fél nemzetbiztonsági, közbiztonsági, közrendi, közegészségügyi okból, valamint ha nemzetközi kapcsolatai ezt megkövetelik egészben vagy részben átmenetileg felfüggesztheti. A felfüggesztésről a másik Szerződő Felet diplomáciai úton haladéktalanul tájékoztatni kell. A felfüggesztés bevezetése, illetve visszavonása az arról szóló diplomáciai jegyzék kézhezvételét követő napon veszi kezdetét.

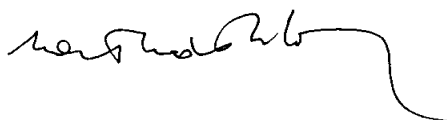
(5) A jelen Egyezményt a Szerződő Felek határozatlan időre kötik és azt bármelyik Szerződő Fél diplomáciai úton jegyzékváltással felmondhatja. Jelen Egyezmény a felmondásról szóló értesítés kézhezvételét követő 90. napon veszti hatályát.

Kelt Lisszabonban, 2000. év január 27 napján, két eredeti példányban, portugál és magyar nyelven, mindkét nyelvű szöveg egyaránt hiteles.

A Portugal Köztársaság nevében:



A Magyar Köztársaság nevében:



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Decreto-Lei n.º 269/2001

de 6 de Outubro

A Directiva n.º 92/76/CEE, da Comissão, de 6 de Outubro, e a Directiva n.º 2000/29/CE, do Conselho, de 8 de Maio, encontram as suas disposições consagradas na ordem jurídica interna pelo Decreto-Lei n.º 14/99, de 12 de Janeiro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 517/99, de 4 de Dezembro, na redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.ºs 63/2000 e 160/2000, respectivamente de 19 de Abril e 27 de Julho.

A aprovação da Directiva n.º 2001/32/CE, da Comissão, de 8 de Maio, que revoga a Directiva n.º 92/76/CEE, da Comissão, de 6 de Outubro, que reconhece zonas protegidas na Comunidade expostas a riscos fitossanitários específicos, introduz alterações significativas ao estatuto fitossanitário destas zonas protegidas, razão pela qual se torna necessário harmonizar o anexo VI do Decreto-Lei n.º 14/99, de 12 de Janeiro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 517/99, de 4 de Dezembro, com as disposições da nova directiva. Face à especificidade deste anexo VI, optou-se por reproduzir na totalidade o referido anexo, por forma a facilitar a consulta integral do seu texto legal.

Igualmente, a aprovação da Directiva n.º 2001/33/CE, da Comissão, de 8 de Maio, que altera a Directiva n.º 2000/29/CE, do Conselho, de 8 de Maio, relativa às medidas de protecção fitossanitária destinadas a evitar a introdução e dispersão de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais na Comunidade, implica que sejam alterados os anexos I, II, III e IV do diploma acima referido.

Deste modo, procede-se à transposição das citadas directivas, introduzindo-se alterações ao citado Decreto-Lei n.º 14/99, de 12 de Janeiro.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas.

Assim:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Transposição de directivas

O presente diploma transpõe para a ordem jurídica interna as Directivas n.ºs 2001/32/CE, da Comissão, de 8 de Maio, que reconhece zonas protegidas na Comunidade expostas a riscos fitossanitários específicos, e 2001/33/CE, da Comissão, de 8 de Maio, relativa às medidas de protecção fitossanitária destinadas a evitar a introdução e dispersão de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais na Comunidade.

Artigo 2.º

Alterações ao Decreto-Lei n.º 14/99, de 12 de Janeiro

1 — Os anexos I, II, III e IV do Decreto-Lei n.º 14/99, de 12 de Janeiro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 517/99, de 4 de Dezembro, na redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.ºs 63/2000 e 160/2000, respectivamente de 19 de Abril e 27 de Julho, são alterados do seguinte modo:

a) Nos anexos I, parte B, alínea *a*), n.º 1, e IV, parte B, n.º 24, as respectivas colunas da direita passam a ter a seguinte redacção:

«FI, IRL, P (Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, Beira Litoral, Beira Interior, Ribatejo e Oeste, Alentejo, Madeira e Açores), S, UK.»

b) No anexo I, parte B, alínea *a*), n.º 2, a coluna da direita passa a ter a seguinte redacção:

«E (Ibiza e Minorca), FI (distritos de Åland, Häme, Kymi, Pirkanmaa, Satakunta, Turku, Uusimaa), IRL, P (Açores e Madeira), S (departamentos de Blekinge, Gotlands, Halland, Kalmar e Skåne), UK.»

c) No anexo I, parte B, alínea *d*), n.º 2, a coluna da direita passa a ter a seguinte redacção:

«FI, S.»

d) Nos anexos II, parte B, alínea *a*), n.º 3, e IV, parte B, n.ºs 1, 7 e 14.1, as respectivas colunas da direita passam a ter a seguinte redacção:

«EL, IRL, UK (*).

(*) (Escócia, Irlanda do Norte, Jersey, Inglaterra: os seguintes *counties, districts* e *unitary authorities*: Barnsley, Bath and North East Somerset, Bedfordshire, Bournemouth, Bracknell Forest, Bradford, Bristol, Brighton and Hove, Buckinghamshire, Calderdale, Cambridgeshire, Cornwall, Cumbria, Darlington, Devon, Doncaster, Dorset, Durham, East Riding of Yorkshire, East Sussex, Essex, Gateshead, Greater London, Hampshire, Hartlepool, Hertfordshire, Kent, Kingston Upon Hull, Kirklees, Leeds, Leicester City, Lincolnshire, Luton, Medway Council, Middlesbrough, Milton Keynes, Newbury, Newcastle Upon Tyne, Norfolk, Northamptonshire, Northumberland, North Lincolnshire, North East Lincolnshire, North Tyneside, North West Somerset, Nottingham City, Nottinghamshire, Oxfordshire, Peterborough, Plymouth, Poole, Portsmouth, Reading, Redcar and Cleveland, Rochdale, Rotherdam, Rutland, Sheffield, Slough, Somerset, Southend, Southampton, South Tyneside, Stockton-on-Tees, Suffolk, Sunderland, Surrey, Swindon, Thurrock, Torbay, Wakefield, West Sussex, Windsor and Maidenhead, Wokingham, York, ilha de Man, ilha de Wight, ilhas de Scilly e as seguintes partes de *counties, districts* e *unitary authorities*: Derby City: a parte da *unitary authority* a norte da fronteira norte da estrada A52 (T) e parte da *unitary authority* a norte da estrada A6 (T); Derbyshire: a parte do *county* a norte da fronteira norte da estrada A52 (T) e a parte do *county* a norte